

# Mulheres negras na política: Marielle e suas sementes, por CFEMEA

**(Outras Palavras| 29/03/2021 | Por CFEMEA)**

Neste mês de março em que nós mulheres celebramos tantas conquistas e choramos tantas perdas, lembramos que luto é luta! Por várias razões. Destacamos aqui mais uma: no Brasil as datas de 8 e 14 de março representam juntas, a luta pelo fim da violência política contra as mulheres.

Há três anos, 14 de março foi marcado pelo brutal assassinato da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes.

Como o Instituto Marielle Franco a [apresenta](#) “Marielle Franco é mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré; Socióloga com mestrado em Administração Pública. (Em 2016) Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, um impressionante número de 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara dos Vereadores do Rio.

O CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria tem 30 anos de experiência de luta pelos direitos políticos das mulheres. Participamos do processo de incidência em torno da Lei de Cotas nos anos noventa, dos debates sobre aumento da representatividade feminina durante os anos participamos de diversos diálogos e espaços de participação social como parte dos movimentos de mulheres.

Nas eleições de 2016 em todo o Brasil, somente 4,1% (691) das candidatas às prefeituras eram mulheres negras. Somente 3,2% (180) foram eleitas. Para o cargo de vereadora, só 15,4% eram mulheres negras (71.066), e apenas 5% (2.870) foram eleitas. Marielle se elegeu nesse contexto.

**[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)**

---

# #14M: Ações por Justiça à Marielle se espalham pelo Brasil e no mundo

(Brasil de Fato | 14/03/2021 | Por Redação)

O 14 de março se tornou dia de luto e luta das mulheres no Brasil e no Mundo. Neste domingo, a [execução de Marielle Franco](#) e de seu motorista Anderson Gomes completou [três anos sem a identificação do mandante do crime](#).

Parlamentares, movimentos sociais, amigos e familiares da vereadora do PSOL realizam hoje, ações nas ruas e nas redes sociais para pedir por Justiça pelo [assassinato brutal que marcou a história do país](#).

Para muitos, o assassinato foi um ataque à democracia, e uma tentativa de silenciar uma voz que clamava pelos direitos da população negra e periférica, das mulheres, e das pessoas LGBTQIA+.

[\*\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*\*](#)

---

## Março por Marielle: Instituto lança Agenda Colaborativa com

# **ações que denunciam 3 anos de impunidade**

*No dia 14 de março serão completados 1096 dias do brutal assassinato vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. 1096 dias ecoando a pergunta: quem mandou matar Marielle e por quê? Para marcar a data e cobrar uma resposta das autoridades, o Instituto Marielle Franco convida organizações e indivíduos a promoverem ações no Brasil e no mundo durante todo o mês de março, em uma agenda colaborativa, construída coletivamente. A ação faz parte do “Março por Marielle e Anderson”, que conta com diversas atividades em defesa do legado da vereadora e pela punição dos responsáveis pelo crime*

O Instituto Marielle Franco, criado pela família da vereadora, abriu um chamado para ONG's, coletivos, associações, sindicatos e indivíduos que queiram participar da Agenda Colaborativa de Ações. A atividade faz parte da programação do #MarçoPorMarielleEAnderson - movimento criado pelo Instituto para lembrar o crime ocorrido em 14 de março de 2018.

O objetivo é formar uma ampla rede de ações, realizadas no Brasil e no mundo, em memória de Marielle e Anderson e pela punição dos responsáveis pelo crime, que completa 3 anos de impunidade. Para participar da Agenda Colaborativa de Ações, a organização ou indivíduo deve cadastrar sua atividade no link: [institutomariellefranco.org/3-anos](http://institutomariellefranco.org/3-anos).

A Agenda acolhe tanto atividades nas redes sociais e mundo virtual (lives, posts, vídeos, fotos, animações, músicas, poemas etc), quanto em ambientes físicos (faixas, grafites pinturas de rua, placas na janela, discursos em parlamentos etc). A ideia é que cada organização ou indivíduo use sua criatividade e faça sua homenagem, colaborando para ampliar as vozes que perguntam: quem mandou matar Marielle e Anderson e por quê?

Uma das orientações do Instituto é que as ações por justiça para Marielle e Anderson sejam feitas sem aglomerações, com segurança e todos os cuidados necessários diante da pandemia que se mantém de forma preocupante.

## **Por Justiça: cobrança de respostas das autoridades**

Além da mobilização em torno da Agenda Colaborativa de Ações, o #MarçoPorMarielleEAnderson terá outras atividades preparadas pelo Instituto para visibilizar o legado e memória de Marielle e pedir por justiça, como a compilação de 3 anos de investigação do caso - que segue sem a identificação do mandante, incidência sobre as autoridades competentes, intervenções pela cidade e o protocolo de projetos de lei relacionados à atuação de Marielle e ao tema da violência política. As informações completas sobre as ações serão divulgadas ao longo do mês.

“Há três anos que o mês de março é um marco muito forte para nós, da família, mas também para todas aquelas e aqueles que continuam na luta por justiça e para que mais nenhuma mulher negra, LGBTQIA+ e periférica seja interrompida”, pontua Anielle Franco, irmã de Marielle e diretora executiva do Instituto Marielle Franco.

“São três anos sem respostas para um dos maiores casos de violência política no Brasil, na América Latina e no mundo. Seguiremos cobrando estas respostas do Ministério Público, do governo de Estado e do governo federal: queremos transparência nas investigações e prioridade sobre a elucidação deste caso tão importante para a democracia brasileira. E seguiremos, por muitos anos, inspiradas pela luta de Marielle, fazendo ecoar sua trajetória e regando as suas sementes para as novas gerações”, finaliza.

---

## **Caso Marielle fica no Rio, e não com a Polícia Federal, decide o**

# STJ de forma unânime

*Por oito votos a zero, ministros rejeitam federalização e decidem que apuração continua no Ministério Público e a Polícia Civil do Rio, como queriam os familiares da vereadora, assassinada em março de 2018*

[\(El País, 27/05/2020 | Felipe Betim\)](#)

Alívio para familiares e amigos da vereadora [Marielle Franco](#). O [Supremo Tribunal de Justiça \(STJ\)](#) rejeitou nesta quarta-feira de forma unânime a federalização das investigações do assassinato político da vereadora do PSOL e do motorista Anderson Gomes. O julgamento ocorreu em meio à crescente tensão política no país, com as suspeitas de que o presidente [Jair Bolsonaro](#) está interferindo politicamente na Polícia Federal —a acusação, feita pelo ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio Moro, gerou a abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal. Caso acatado, as investigações sairiam das mãos do Ministério Público e da Polícia Civil do Rio e passariam para a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal.

[\*\*Acesse a matéria completa no site de origem.\*\*](#)

---

**14 de março: 2 anos sem Marielle Franco, 2 anos sem respostas por parte das autoridades**

*Dois anos após o assassinato da defensora de direitos humanos e vereadora em exercício no Rio de Janeiro Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, o crime continua sem solução, sendo um exemplo de impunidade no*

*que se refere a violências e violações contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil. Em todo o país e no mundo, a data será marcada por atividades que reforçam a cobrança por respostas às perguntas que acompanham o caso desde o primeiro dia: quem matou, quem mandou matar Marielle, e por quê?*

[\(Anistia Internacional, 14/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A prisão preventiva de dois acusados de serem os executores de Marielle e Anderson, em 12 de março de 2019, e a decisão sobre leva-los ao tribunal do júri parecem ter sido passos importantes nas investigações, mas, desde então, pouco parece ter avançado para elucidar todas as circunstâncias dos assassinatos, os mandantes e as motivações do crime.

Na última sexta-feira, dia 13, a Anistia Internacional se reuniu com o governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e com procurador-geral de Justiça do Estado, Eduardo Gussem. **Na reunião com o governador, estavam responsáveis diretos pela investigação que garantiram a seriedade, prosseguimento e independência dos trabalhos e se comprometeram a abrir um canal de diálogo direto com a Anistia Internacional e a família de Marielle Franco.** Na reunião com o Ministério Público, o foco foi a transparência das investigações. Apresentamos uma série de perguntas e ouvimos o compromisso com a resolução do caso. Logo após o encontro, o MPRJ emitiu uma nota em que respondia com clareza a algumas perguntas que apresentamos. Também houve o compromisso de diálogo aberto e constante com a Anistia Internacional

**“Dois anos é tempo demais de espera. A falta de resultados concretos na identificação dos autores intelectuais e das circunstâncias do homicídio que marcou este último ano de investigação é indício de que no Brasil defensoras e defensores de direitos humanos podem ser mortos e que esses crimes ficam impunes. O Brasil precisa dar este passo e enviar um recado à comunidade global de que não tolera esse, nem qualquer outro tipo de violência contra as pessoas que se mobilizam pela construção de sociedades mais justas, como Marielle Franco. Sabemos que as investigações correm sob sigilo necessário,**

**mas transparência não é a mesma coisa que quebra de sigilo. As famílias de Marielle e Anderson e toda a sociedade têm o direito de saber o que tem sido feito e o quanto se avançou nas investigações. Vamos manter este diálogo constante”,** afirma Jurema Werneck, diretora executiva da Anistia Internacional Brasil.

**“Não tem como se furtar de pedir, lutar e clamar por justiça por Marielle, que atuava para construir uma vida melhor para as pessoas. E não dá para ficar parada, sem ir às autoridades competentes, ir a todos os lugares pedir justiça para saber quem e por que mandaram matar Marielle Franco. Vamos continuar com todos os apoios que temos recebido pelo mundo porque hoje ela é um símbolo de resistência para todos, principalmente para as mulheres”,** afirma Marinete da Silva, mãe de Marielle Franco e diretora do Instituto Marielle Franco.

Monica Benicio, viúva da vereadora assassinada, fala em privilégios sobre quais vidas importam no Brasil.

**“Dois anos de muita dor e muita luta. Fazer o luto virar luta foi não só uma maneira seguir viva sem minha companheira, mas também compreender que justiça para o seu assassinato é honrar toda a sua luta como defensora de direitos humanos para que nada parecido com a bárbara violência contra ela se repita com ninguém. A mensagem que o Estado Brasileiro passa ao mundo é de que algumas vidas importam mais do que outras e que isso pode voltar a se repetir porque há impunidade para aqueles que matam mulheres, negros, LGBTQIs, pobres. Quantas Marielles mais precisarão morrer ainda no Brasil?”,** questiona ela.

O último ano também foi marcado pela criação e organização do [Instituto Marielle Franco](#). Com objetivo de lutar por justiça, defender a memória, multiplicar o legado e regar as sementes de Marielle, a organização foi criada pela família e durante este mês de março está realizando a sua primeira ação financiada coletivamente: a Casa Marielle. O espaço, que fica no Largo de São Francisco da Prainha, território referência para a cultura negra no Rio de Janeiro, é temporário, e vem abrigando encontros e rodas de conversa

sobre os próximos passos da luta por justiça para Marielle. A ideia é que funcione até o final do mês, com uma exposição que conta a vida da vereadora das suas “raízes” até se tornar “gigante”. O Instituto também tem outros projetos que pretende financiar coletivamente como a Escola Marielles, o Centro de Memória e Ancestralidade permanente e uma plataforma sobre o legado da Marielle.

**O sábado, dia 14 de março, será marcado por atividades de mobilização em defesa da memória de Marielle e Anderson, e também pela reivindicação do direito à verdade e justiça, ainda que algumas atividades tenham sido alteradas devido à crise do novo Coronavírus.**

O Instituto Marielle Franco, que estava se programando para realizar um dia de ações na região portuária, incluindo um ato ecumênico, uma aula pública e shows com artistas de todo o Brasil, teve que alterar a programação para a realização de ações descentralizadas de mobilização: o Amanhecer por Marielle e Anderson. O objetivo é mostrar que mesmo depois de dois anos a mobilização e a indignação por Marielle segue crescendo. Mais de 60 pontos de ação já foram cadastrados em todo o mundo. O mapa dos pontos e a agenda completa está no [site](#).

**A Anistia Internacional também teve que adequar sua ação que inicialmente havia previsto 14 horas de mobilização por Marielle, devido à crise do coronavírus.** Mas manteve a decisão de caminhar por alguns pontos importantes do Centro, Zona Sul e Zona Norte da cidade com ativistas vestidos de pontos de interrogação de onde saem faixas em que se lê as principais perguntas que perpassam o caso: “Quem mandou matar Marielle, e por quê? Além disso, dez mil adesivos exigindo justiça serão distribuídos por ativistas da Anistia em dez cidades do país: São Paulo, Londrina (PR), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Belém (PA), Brasília (DF), São João da Boa Vista (SP), Campinas (SP) e Dourados (MS).

**“Queremos amplificar ainda mais as vozes dessas 983 mil pessoas que, nesses dois anos, se somaram à Anistia para pressionar as autoridades por justiça. Queremos que mais pessoas compreendam a importância do que Marielle fez por aqueles que mais precisam no Rio de Janeiro e no Brasil, e por seu compromisso com a defesa dos**



**direitos humanos. Marielle não era melhor do que ninguém e não gostaria de ser tratada de forma especial. Mas quando uma defensora, um defensor de direitos humanos é silenciada/o, o direito de todas as pessoas está ameaçado”,** explica Jurema.

No relatório [“Direitos Humanos nas Américas: retrospectiva 2019”](#), lançado em 27 de fevereiro, a Anistia Internacional apontou que a América Latina é o lugar mais perigoso do mundo para defensores e defensoras de direitos humanos. **No último ano, o Brasil assistiu, em especial, por parte de autoridades públicas discursos contrários aos direitos humanos se traduzirem em medidas administrativas e legislativas, com impactos concretos na limitação e na perda de direitos fundamentais da população.**

ENTRE EM AÇÃO >> [Assine a petição e exija respostas: Quem mandou matar Marielle e por quê?](#)

BAIXE O RELATÓRIO: [“Direitos Humanos nas Américas: retrospectiva 2019”](#)

CONHEÇA AS INICIATIVAS DO [INSTITUTO MARIELLE FRANCO](#)

---

## **Conceição Evaristo: “A questão do negro não é para nós resolvermos, é para a nação”**

*Consagrada no Brasil e no exterior, a escritora mineira critica a “intelectualidade branca”. Filha de empregada doméstica e mãe de uma única mulher, defende o direito à interrupção de uma gravidez indesejada, mas provoca: “Quando uma mulher negra e pobre realiza um aborto é porque ela sabe que é dona do corpo dela ou porque ela não tem outra saída?”*

[\(Maire Claire, 20/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O ventilador de chão está ligado. É um dia quente no Rio de Janeiro. E Conceição Evaristo está com calor. Mas pede à assistente para desligar o aparelho. “Depois meu cabelo vai ficar bagunçado para as fotos”, diz. Aos 72 anos, não faz tanto tempo que a escritora cumpre essa rotina de entrevistas. Mas vem se acostumando desde que se tornou um nome incensado no mercado editorial, meio em que a representatividade não só enfim começou a dar as caras e a ocupar espaços como tem vendido muito. “Nós nunca tivemos tanta fertilidade no campo das artes. Cinema negro, teatro negro, autoria negra e, é impressionante, tudo cheio”, diz ela, citando, entre outros, a cineasta Yasmin Thayná, a slammer e atriz-MC Roberta Estrela D’Alva e a escritora e filósofa Djamila Ribeiro.

Conceição Evaristo receberá este mês o título de personalidade literária do ano pelo prêmio Jabuti, o mais importante da literatura brasileira. Autora de obras que orbitam em sua “condição de mulher negra” e pela história de seus ancestrais, como *Beco das Memórias*, *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* e *Ponciá Vicêncio*, ela é um dos nomes mais reverenciados das letras. No Mês da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, data atribuída à morte de Zumbi dos Palmares, um dos maiores símbolos da luta contra a escravidão, Conceição sublinha que os tempos voltaram a ficar mais difíceis, mas que o espírito da resistência “não vai nos faltar”.

“Essa precariedade que estamos vivendo no Brasil não vai nos impedir. Tem muito pouco tempo que a gente aproveita dessa possibilidade”, afirma. “Nessas horas, gosto de lembrar a história dos africanos e de seus descendentes. Quando fugiam pro quilombo, eles não tinham certeza nenhuma se alcançariam a liberdade. O que fortalecia esse sujeito? O desejo da liberdade e a crença nesse direito. Só isso, mais nada a favor. Pelo contrário. Se fosse recapturado, o castigo era pior. E, no entanto, ele fugia. Estamos numa situação de vulnerabilidade muito grande, mas, enquanto a gente tiver a certeza do direito à vida, isso nos mantêm de pé.”

*Estamos numa situação de vulnerabilidade muito grande, mas, enquanto a gente tiver a certeza do direito à vida, isso nos mantêm de pé*

Hoje consagrada escritora, Conceição nasceu e se criou numa favela de Belo Horizonte. Filha de empregada doméstica, chegou a prestar o mesmo serviço ainda criança, quando morava com tios que viviam em condições melhores que a mãe. Viu seu destino girar a partir da mudança para o Rio em meados dos anos 70. Lá, formou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou na rede pública como professora e se tornou mestre em literatura brasileira.

Seu espaço dentro de um meio predominantemente branco, “como toda instituição brasileira”, ela demorou a encontrar. Deu os primeiros passos ainda no início dos anos 90, quando passou a publicar contos e poemas na série ***Cadernos Negros***. Mas só foi lançar o primeiro romance, ***Ponciá Vivência***, em 2003, quando já tinha 57 anos. O reconhecimento de fato veio sentir aos 68, quando foi destacada no Salão do Livro de Paris de 2015. O Brasil, que até então pouco conhecia Conceição Evaristo, foi o país homenageado e assistiu, na França, uma escritora brasileira ser ovacionada, primeiramente, pelos estrangeiros. No ano seguinte, endossou um manifesto que questionava a ausência de negros na programação da **[Festa Literária de Paraty - Flip](#)**. No ano passado, desafiou os ritos da **Academia Brasileira de Letras** e se lançou candidata independente ao posto de imortal, incentivada por uma imensa campanha popular nas redes sociais nunca vista na história da Academia. Sem ceder a supostos lobbys, com direito a jantar para os imortais, Conceição terminou a disputa em terceiro, com apenas um voto dos 35 possíveis.

Aos 72 anos, pretende transformar essa história em livro, para que ela “não seja esquecida”. “Se você pensa a Academia como a casa que guarda uma literatura nacional, essa representação está manca. É preciso que essa história mude.” Na literatura e na vida, gosta de falar sempre a partir de suas experiências e exalta os que têm conseguido fazer o mesmo. “Hoje a gente tem um movimento de falar com a nossa voz. Me perguntam se falo pelas mulheres negras. Eu não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras.”

Sua lente de aumento para o racismo estrutural confronta aqueles que dizem não existir discriminação no Brasil. Diante de mortes recentes de crianças e

jovens negros atribuídas às operações policiais nas comunidades, Conceição afirma haver uma política de eugenia implementada pelo Estado. “Em qualquer regime que há supressão da democracia, as camadas populares sofrem muito mais e é um sofrimento que não vem à tona. Isso comprova que, dependendo da sua posição social, o seu lugar de denúncia é muito menos possível.”

Após 1h30 de entrevista, a escritora nos levou para caminhar pelos arredores do Morro da Conceição, bairro carioca que coincidentemente leva seu nome. Ali, na região conhecida como Pequena África, onde escravos chegaram ao Rio pelo Cais do Valongo e em que muitos deles foram enterrados, ela estabeleceu seu escritório e lar quando tem compromissos na capital fluminense e prefere adiar a volta a Maricá, cidade a cerca de 60 quilômetros do Rio, onde mora com a única filha, Ainá. Entre grafites de Tia Ciata e “[Quem mandou matar Marielle?](#)”, afirma que o lugar lhe inspira. Seu próximo romance (ainda em desenvolvimento), ***Flores de Mulungu***, remete à diáspora por meio de uma matriarca de 107 anos. “Coincidência ou não, chamar Morro da Conceição tem tudo a ver com uma história subterrânea que pode ser ressuscitada na ficção.”

**MC** O debate de relações amorosas interracialis está muito presente nas redes. A cantora [Karol Conka](#), por exemplo, foi chamada de “palmiteira” por namorar um menino branco. Como vê isso?

**CE** Tenho uma história de amor pra contar: tive um casamento feliz com um homem negro [Oswaldo Santos de Britto]. Paixão não se determina. Ao mesmo tempo, se vivemos numa sociedade pautada pelos valores brancos, isso de certa forma determina seu gosto. A escolha do negro pelo branco é uma situação muito subjetiva. Até que ponto essa atração é natural ou produzida por aquilo que o sujeito branco representa? Numa relação interracial é difícil medir isso de fora. Acho que é um ato muito mais de questionamento que a própria pessoa tem de fazer e não o entorno. Mas essas questões têm de ser discutidas, sim, porque estão no fundo dos modos de relações raciais numa sociedade.

*Me perguntam se eu falo pelas mulheres negras. Eu não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras*

**MC** Como vê políticas afirmativas como a Lei de Cotas? Em 2008, quando ela foi aprovada, dividiu a sociedade e até intelectuais progressistas se posicionaram contra.

**CE** Tem uma intelectualidade brasileira que fez carreira acadêmica em cima de estudos negros e foram contra as cotas raciais. Fiquei assustada, mas não muito, na medida em que é uma intelectualidade branca querendo manter seus privilégios. Estuda a questão negra, sabe das injustiças sociais, frequenta religião afrobrasileira, mas na hora das políticas públicas, é contra. E isso me faz lembrar que aqui no Brasil toda vez que a gente vai discutir as questões raciais, tem sempre uma pessoa branca que levanta e fala: “Não tenho preconceito racial, fui criado por uma mãe negra, tive uma babá preta”. E a gente se pergunta: E daí? Os modos de relações raciais brasileiros, e isso muito devido ao mito da democracia racial, se escondem atrás de uma afetividade que politicamente não adianta nada. Pelo contrário, atrapalha na medida em que durante muito tempo esse mito da democracia racial imperou. E imperou ainda com pessoas que a gente esperava que tivessem uma visão política mais profunda. É decepcionante, principalmente quando uma atitude dessa parte de um artista, que em tese é uma pessoa além do seu tempo.

**MC** Quais são os nomes da cultura negra que você tem acompanhado?

**CE** A primeira pessoa, até como mulher, é a [Djamila Ribeiro](#) e a evolução que ela está provocando. Ela pegou pensadoras que leu, incluindo afro-americanas, e tornou esse texto mais palatável. Com isso, é lida hoje por mulheres brancas e negras, homens brancos e negros. Mas não dá pra falar dela sem falar de [Sueli Carneiro](#). Ela é a grande pensadora, matriz do que a Djamila fala. Mas Djamila está num momento que as redes sociais têm um alcance muito grande. Ainda em literatura, outras mulheres que têm idade pra serem minhas filhas ou netas: **Lívia Natália**, de Salvador, **Roberta Estrela D’Alva**, do Slam, [Mel Duarte](#), **Jenyffer Nascimento**. Sem falar nos homens. Um que é exemplo desse intelectual que vem das bases é o **MV Bill**. Ele questiona a nação a partir de lugares que antes não tinham voz ou que outras pessoas tentavam representar. Hoje, a gente tem um movimento de falar com a nossa voz. Me perguntam se falo pelas mulheres negras. Não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras.

**MC** Você é filha de uma mulher que trabalhou como empregada doméstica, chegou a ser doméstica antes de se tornar professora e escritora. Há uma frase que circula por aí que diz “a casa-grande surta quando a senzala aprende a ler”. O que ela diz pra você?

**CE** Para mim essa frase diz justamente da nossa força de vencer essas interdições e do incômodo que isso causa. Um dos medos que alguns defensores do abolicionismo tinham era de que “a escravaria se revoltasse e pusesse fogo na casa-grande”, como se revela em *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo. Ele foi um abolicionista e esse era o medo dele.

**MC** A que atribui esse medo?

**CE** Medo de disputa de espaço e racismo. Talvez o racismo esteja até na raiz disso tudo. Competir com o branco é uma coisa, competir com o negro é outra.

**MC** A cada duas horas uma mulher morre no país de aborto inseguro e isso é mais verificado no estrato da mulher jovem e negra e pobre. Como pensa essa questão?

**CE** Tem algumas questões para pensar. E vou ser até um pouco cruel. Quando a classe média precisa de fortalecimento do discurso, sabe muito bem utilizar as classes populares. Pensar o aborto somente na perspectiva de que a mulher é dona do seu corpo é incompleto pra mim. Quando precisa ou provoca o aborto, uma mulher negra e pobre não parte da premissa de que ela é dona do seu corpo, mas em como é difícil para ela ter mais um filho, alimentar e educar esse filho. Minha mãe teve nove filhos. Quando estava na décima gravidez, o médico disse que ela tinha um problema de útero e receitou uma pílula. Ela não tomou porque achava que era pecado. Aborto é uma questão de saúde pública. E a saúde pública não é preventiva, ela cuida do que chega ali. A mulher tem o direito de decidir se quer ter filho ou não, mas tem que ter condições para essa decisão. E aí fica a pergunta: quando uma mulher negra e pobre realiza um aborto é porque ela sabe que é dona do corpo dela ou porque ela não tem outra saída? Se ela não tem outra saída, já está sendo vítima da violência do Estado. Pode ser ficção minha, mas hoje uma juventude negra está sendo dizimada - e a gente sabe que tem um plano de eugenia atrás quando o Estado permite que isso aconteça -, será que essa mãe negra que perde um filho, não teria desejo de ter outro? Não sei se hoje

não seria muito mais necessário pensar uma política que permitisse um planejamento familiar do que uma política que permita esse aborto.

*A questão do negro não é para o negro resolver, é para a nação brasileira*

**MC** Você acredita que a criminalização da maconha seria parte do processo para promover essa política eugenista?

**CE** Já me perguntaram se criminalização da maconha é uma medida racista. Pode até ser, também. Mas esse não é o único dado que criminaliza o jovem negro. Com maconha ou não, ele já é um “sujeito”. E aí volto a dizer: é muito fácil para a classe média trazer esse discurso para ser encampado por nós, porque fortalece o discurso. Não sei se, liberando a maconha, o jovem negro deixa de ser vulnerável. Certa hora, nossa posição legítima determinados grupos que foram mais ou menos aliados. E na hora do pega para capar, a gente que acaba sendo o capado. Então precisa de uma sinceridade muito grande, muito grande para as pessoas brancas reconhecerem que ainda estão em situações privilegiadas.

**MC** Como pessoas brancas podem fazer isso?

**CE** Primeiro, que façam o reconhecimento sincero de privilégios. E ver no dia a dia em que momento ou em que situações abrem mão desse privilégio. Em que momento efetivamente um sujeito branco se alia ao negro? Em que momento é capaz de ir pra rua engrossar uma manifestação nossa? Você como chefe de um setor, é capaz de contratar negros pra trabalhar com você? As coisas não acontecem no abstrato, tem ações que o sujeito branco pode fazer no cotidiano para mexer na estrutura. A questão do negro não é para o negro resolver, é para a nação brasileira. Claro que você vai estar em determinadas lutas que te falam mais de perto, mas, se estamos todos num território nacional, o problema de um grupo não é dele, é nosso. É muito fácil ficar discutindo na internet e, na hora de ir para uma marcha contra a morte de um jovem negro ou de um indígena, a gente não vai.

**MC** Você parece ser uma mulher muito forte. Algum evento recente te desmoronou?

**CE** O evento que me desmoronou foi a morte de **Marielle Franco**. Estava em Paris a trabalho e, no dia seguinte, a gente tinha uma palestra. Não consegui falar de esperança. A morte de Marielle [para, dá um suspiro longo]... Para mim é uma menina. Eu a vi menina. Algumas pessoas me pedem para falar, dar depoimento, mas ainda é uma coisa que não gosto de falar.

*Por Pedro Henrique França*

---

# Doria veta projeto de lei para compilar dados de violência contra mulher

O governador de São Paulo, João Doria, vetou o projeto de lei 113/2019, de autoria da deputada estadual Isa Penna (PSOL), que previa a criação de um banco de dados que unificasse os registros de violência contra as mulheres no estado. O PL, aprovado na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) no dia 25 de setembro, por 55 dos 94 deputados, foi baseado em uma proposta de autoria da vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em março de 2018. No Rio de Janeiro, a lei foi sancionada em setembro do ano passado.

[\(Universa, 24/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O PL 113/2019, chamado de Dossiê Mulher Paulista, criaria um sistema de compilação usando os dados já existentes, fornecidos por estabelecimentos públicos, como hospitais e centros de assistência social, além dos de segurança pública. Atualmente, já há produção de estatísticas de violência contra a mulher, mas não há um banco de dados único que reúna os registros de diferentes secretarias.

A ideia da proposta é organizar informações para identificar as assimetrias entre as regiões do estado, mostrando quais crimes são mais comuns em quais áreas, para que se criem políticas públicas adequadas às necessidades de cada lugar.

## **“Veto é político”, afirma deputada**

Autora do projeto, a deputada estadual Isa Penna considera o veto uma decisão puramente política, por ela fazer parte de um partido de esquerda. “Não me eximo de fazer críticas ao governo, que está ali para governar para



a totalidade da população”, diz a Universa. A deputada ressalta que projetos similares já existem em outros estados, como no Piauí, onde existe o Banco de Dados Leoneide Ferreira — iPenha, desde 2014. “O que o Dossiê Mulher faz não é dar ordem ao legislativo, mas criar um dispositivo, uma política pública.”

De acordo com a deputada, um dia antes do veto ela foi informada do posicionamento do governador pela Casa Civil. “O secretário da Casa Civil do governo [Antonio Carlos Rizeque Malufe] afirmou que um setor específico da procuradoria-geral tinha ponderações ao projeto, mas não me disse quais eram. Pedi mais informações, porque poderíamos rever o texto, mas ele disse que não tinha mais tempo”, afirma.

Isa critica o veto afirmando que essa deveria ser uma prioridade do governador João Doria, que usou o combate à violência contra a mulher como bandeira de campanha. “Ele se reelegeu dizendo que seria o governador do aplicativo do botão do pânico, que criaria mais delegacias da mulher. E veta um projeto que pretende mapear as violências, coloca em risco a vida das vítimas”, diz. “A proposta não soluciona o problema, mas reconhece os focos, quais violências são cometidas e em quais horários. Isso é importante para criar políticas públicas para proteger as mulheres.”

Agora, a deputada planeja mobilizar uma articulação interna para que o veto do governador seja derrubado em votação no plenário, o que pretende fazer até o final do ano.

### **Projeto é inconstitucional, argumenta governo**

A decisão do veto ao projeto foi publicada hoje no Diário Oficial do estado de São Paulo. O governo argumenta que o projeto é “dispendioso e desnecessário” uma vez que a Secretaria da Segurança Pública já publica dados estatísticos das delegacias e que a Secretaria da Saúde adota sistema de notificação compulsória dos casos de violência contra mulheres. As notificações individuais da área da saúde são tabuladas e alimentam a base de dados do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação).

“Convém registrar que ambas secretarias estaduais se opuseram a projeto,

julgando-o dispendioso e desnecessário, na medida em que impõe metodologia específica de coleta de dados e a criação de codificação própria referente às estatísticas de violência contra a mulher, desconsiderando os sistemas já existentes com essa finalidade”, afirma o governador.

Ainda acrescenta que a determinação do PL de que publique informações no Diário Oficial “viola os princípios constitucionais da separação dos poderes” que “impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência do Poder Executivo”.

Leia a nota do governo na íntegra:

*O veto ao projeto da deputada ocorreu porque o Governo do Estado de São Paulo já possui, na Secretaria de Segurança Pública, um banco com estatísticas de violência doméstica e familiar contra mulheres, em consonância com o que estabelece o artigo 38 da Lei 11.340, denominada Lei Maria da Penha. A Secretaria de Estado da Saúde também adota o sistema de notificação compulsória dos casos de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde, públicos ou privados. Esses casos são tabulados e alimentam a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Essas estatísticas são usadas para o desenvolvimento e criação de políticas públicas de combate aos crimes dessa natureza. Portanto, a criação de um novo banco significaria a repetição de dados. Além disso, não é atribuição do Legislativo definir as ações do Executivo no que tange disciplinar os critérios que deverão ser adotados para a organização de dados estatísticos, determinando, inclusive, sua publicação no Diário Oficial, pois viola o exposto na Constituição Estadual, que impede a ingerência normativa do Legislativo em assuntos de competência do Executivo.*

*Por Camila Brandalise*

---

# Nova ‘caça às bruxas’ explica altos índices de feminicídio no mundo, diz Silvia Federici

*Em entrevista ao HuffPost Brasil, autora de “Calibã e a Bruxa” fala sobre a existência de uma nova caça às bruxas e como esse movimento permite o controle das mulheres.*

[\(HuffPost, 21/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“A imagem da bruxa e a acusação de bruxaria não é algo que está em um passado distante. É algo que hoje está sendo usado novamente para disciplinar mulheres”, afirma a filósofa **Silvia Federici**, 77 anos, em entrevista ao HuffPost Brasil. Para ela, o movimento de caça às bruxas que matou milhares de mulheres no século passado ganha roupagens tão cruéis quanto na atualidade.

Nascida na Itália e hoje com residência nos Estados Unidos, onde é professora emérita da Universidade de Hofstra, em Nova York, Federici ajudou a fundar o Coletivo Feminista Internacional e participou do movimento Wages for Housework (Salários pelo trabalho doméstico, em tradução livre) nos anos 70.

Ela é autora do cultuado ensaio *Calibã e a Bruxa* (Editora Elefante), que marcou os estudos feministas ao mostrar como a caça às bruxas na Europa ajudou a estabelecer o capitalismo, junto com exploração das colônias e da escravidão.

“Novamente, mulheres estão sendo acusadas de serem bruxas, e pensar a caça às bruxas hoje é sobre o pensar o crescimento da violência contra a mulher que começa, particularmente, com o crescimento da violência contra mulheres que estão liderando lutas, como [Marielle Franco](#)”, explica a escritora ítalo-americana, ao defender a existência de “novas bruxas” hoje.

Federici recebeu a reportagem do HuffPost Brasil na semana passada, em

São Paulo, durante intervalo de eventos que compõem sua agenda de visita no País. Pela editora Boitempo, a historiadora lança *Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais*, em que revisita argumentos do cultuado *Calibã e a Bruxa* e também *Ponto Zero da Revolução* (Editora Elefante), em que explora as camadas do trabalho doméstico e opressão às mulheres.

Para a filósofa, leis penais não são suficientes para combater a violência contra a mulher e o movimento feminista precisa entender que a luta pelo direito ao aborto deve ser feita conjuntamente com o direito à maternidade plena e relacionada ao entendimento do trabalho doméstico, sim, como trabalho.

“Virar para o Estado e pedir por proteção é um erro porque, em muitas maneiras, tanto o Estado quanto os governos e a polícia são os maiores responsáveis pela violência”, defende.

E adiciona, sobre trabalho doméstico: “É um trabalho que é feito pelas mulheres e, ainda assim, temos todo um governo, todo um sistema social que de forma alguma dá algum tipo de assistência”.

Em conversa com o HuffPost Brasil, Federici explica por que é importante revisitar a história da caça às bruxas, relacioná-la com o presente, e pensar sobre os efeitos da apropriação da força de trabalho e do corpo feminino.

Leia a entrevista completa:

**HuffPost Brasil: Você lançou o *Calibã e a Bruxa* em 2004, em que explora a fundação do capitalismo do ponto de vista da história das mulheres e, agora, lança *Mulheres e Caça às Bruxas* (Editora Boitempo). Por que retomar a história da “caça às bruxas” no contexto atual?**

**Silvia Federici:** Para mim, a questão sobre a caça às bruxas é muito importante por diversas razões. Em primeiro lugar, houve uma enorme perseguição que foi completamente apagada pela história. Que nunca foi ensinada em nenhuma aula. Nunca foi dada a ela nenhuma importância. E o pior, a história das bruxas foi transformada em lenda, e a figura da bruxa foi

ridicularizada. Eu viajei para lugares onde mulheres eram queimadas vivas, massacradas, e agora, a caça às bruxas nesses lugares é usada para atrair turistas. Eles usam a imagem das bruxas, voando na vassoura, criam uma história muito fantástica. Nada é contado sobre essa terrível, terrível perseguição.

*Atacar mulheres enquanto bruxas está conectado com os desenvolvimentos que emergem das novas formas de acumulação capitalista.*

Além disso, hoje, nós encontramos novas formas de caças às bruxas em muitas partes do mundo. Na África, na Índia, mulheres estão novamente sendo acusadas [de bruxaria] e são torturadas e mortas. Milhares de mulheres foram mortas em diversos países africanos - na República Centro-Africana, no Quênia, na África do Sul - em diferentes tempos, nos últimos 30 anos - na Zâmbia, na Tanzânia; [também] em diferentes regiões da Índia.

Porque, novamente, atacar mulheres enquanto bruxas está conectado com os desenvolvimentos que emergem das novas formas de acumulação capitalista, as novas formas de trabalho, a privatização da terra, o ataque a relações comunitárias, e também, à chegada a essas áreas dessas perseguições, do que eles chamavam de 'o novo missionário', que são grupos pentecostais, grupos evangélicos, que estão novamente utilizando em suas religiões toda a temática do diabo, do demoníaco, dizendo que as pessoas estão infelizes e pobres porque são bruxas, e assim estão contribuindo para o desmantelamento de comunidades que já são vitimizadas pelos problemas da austeridade, do extrativismo, por todas as questões ligadas ao capitalismo.

A questão da caça às bruxas é muito importante porque está nos ajudando a entender por quais caminhos estas particulares formas de perseguições de mulheres, estão, na verdade, ajudando na expansão desta relação destrutiva.

**Em *Mulheres e Caça às Bruxas* você afirma que hoje existem “novas bruxas”. Quem são elas?**

Novamente, mulheres estão sendo acusadas de serem bruxas, e também, é sobre o crescimento da violência contra a mulher que começa, particularmente, com o crescimento dessa violência contra mulheres que

estão liderando lutas, como Marielle Franco, mulheres que estão liderando lutas na área urbana, liderando lutas contra o encarceramento, contra o empobrecimento, contra despejos; ou liderando lutas em áreas rurais: as mulheres indígenas, Berta Cáceres [ativista ambiental Hondurenha, assassinada em 2016], mulheres lutando contra a agricultura industrial, contra sementes transgênicas, etc.

Sim, estas são as novas bruxas. Mulheres que estão praticando formas antigas de medicina, utilizando ervas e plantas, curandeiras, estão agora sendo acusadas de serem bruxas. Então que acho que é muito, muito importante, enxergar que a imagem da bruxa e a acusação de bruxaria não é algo que está em um passado distante. É algo que hoje está sendo usado novamente para disciplinar mulheres.

*A imagem da bruxa e a acusação de bruxaria não é algo que está em um passado distante. É algo que hoje está sendo usado novamente para disciplinar mulheres.*

### **Essa “caça às bruxas” que acontece na atualidade, então, pode ajudar a explicar altos índices de feminicídios e violência contra a mulher?**

O que estou dizendo é que há uma batalha sendo travada por mulheres. E essa luta é errada. É errada em proporção à destruição de nossas vidas. É errada em proporção à destruição de nosso meio-ambiente. Das necessidades básicas de reprodução que nossas famílias tem. Então mulheres estão realmente batalhando na linha de frente. E elas também estão recusando serem subordinadas e dependentes de homens. Essa é a reação. Essa é a reação de governos que veem mulheres como um grande oceano de trabalho barato que pode ser utilizado em todos os lugares. Nós somos as trabalhadoras ideais. Estamos nas fábricas, nos lares, nos serviços - e muitas vezes estamos em todos estes lugares em momentos diferentes do dia. Há uma quantidade enorme de exploração sendo feita. E há uma quantidade enorme de lutas.

Todas essas acusações são parte do processo: o feminicídio, a violência, acusar mulheres de serem assassinas quando elas querem fazer um aborto -

são todas maneiras de intimidar uma mobilização feminista, uma insurgência feminista.

*Nós somos as trabalhadoras ideais. Estamos nas fábricas, nos lares, nos serviços - e muitas vezes estamos em todos estes lugares em momentos diferentes do dia.*

**Aqui no Brasil, há 13 anos, a Lei Maria da Penha visa combater e prevenir a violência contra a mulher, mas boa parte de suas ações afirmativas que visam a prevenção não são implementadas em sua totalidade. Você acredita que leis são o caminho para combater a violência?**

Eu não coloco minha confiança neste tipo de lei, neste tipo de medida. Nós temos visto que aumentar as penas de agressores, por exemplo, em muitos casos, vitimiza os homens de comunidades mais pobres. E eu acho que essa é uma questão muito importante aqui. De onde a violência vêm? E eu diria, e acho que não estou sozinha nisso, que a maioria da violência é sempre, e antes de tudo, institucional. Então, virar para o Estado e pedir por proteção é um erro porque, em muitas maneiras, tanto o Estado quanto os governos e a polícia são os maiores responsáveis pela violência.

Então, a questão é que o melhor jeito de responder a esta violência é realmente as mulheres se organizarem, se mobilizarem, criarem formas de suporte mútuo, formas de conexão, formas de reprodução que são mais cooperativas para superar o isolamento no qual as mulheres foram forçadas a viver. Eu acho que essa é a melhor forma de defesa para as mulheres, e é a melhor forma pela qual mulheres podem efetivamente confrontar o Estado.

*Virar para o Estado e pedir por proteção é um erro porque, em muitas maneiras, tanto o Estado quanto os governos e a polícia são os maiores responsáveis pela violência.*

Porque o que me parece que está acontecendo com esta Lei — que eu não conheço muito bem — é que ela está colocando a culpa em alguns homens em particular. Em outras palavras, se o argumento é de que há homens que

estão cometendo transgressões e precisam ser educados e punidos, eu acho que chegamos à conclusão de que a violência individual é sempre um produto da violência institucional.

Homens se tornam violentos porque acreditam que têm impunidade. Porque eles têm governos que, de certa forma, toleram e justificam a violência deles. E chegamos à conclusão de que as grandes fontes de violência estão sempre no topo. Por exemplo, inacreditável militarização da vida cotidiana - há uma importante socióloga e ativista feminista chamada [Jules Falquet](#) que fez uma excelente análise das consequências do fato de que nos dias de hoje há um número crescente de homens que têm empregos que exigem violência. O número de guardas vem aumentando, o número das pessoas nos exércitos, companhias de exércitos particulares, todos esses lugares tem homens armados. Tudo isso tem uma consequência nas vidas individuais e nas famílias. Se você está lidando com uma arma, respondendo a problemas com violência, quando você vai para casa é assim que você trata a sua esposa, seus filhos.

**Você defende que a criminalização do aborto é só mais uma forma de controle dos corpos das mulheres. Gostaria que você explicasse essa questão e falasse um pouco sobre quais seriam essas outras formas de controle. O trabalho doméstico seria uma delas?**

Bem, toda a organização da vida em família é um jeito de controlar as mulheres. O fato de que este trabalho reprodutivo, que produz uma quantidade enorme de riquezas para os empregadores- pois é o trabalho que reproduz a mão-de-obra - ser completamente não pago, não remunerado, não ser considerado trabalho. Essa é uma forma de opressão, de exploração, é uma forma de violência contra as mulheres. Ainda, há todo o controle sobre a sexualidade da mulher. E este é o jeito como o Estado se apropria do corpo das mulheres. E esse é motivo para que isso esteja no centro da luta feminista.

*Toda a organização da vida em família é um jeito de controlar as mulheres.*

**Em maio, [o HuffPost Brasil publicou uma série de reportagens](#)**



**chamada “O Custo Social de Ser Mãe”, explorando a relação entre a maternidade, falta de creches e mercado de trabalho. Existe uma crítica de que o movimento feminista não olha para estas questões em sua totalidade. A que você atribui isso?**

Eu acho que essa questão ainda precisa ser resolvida, ainda precisa ser encaminhada. Qualquer coisa que eles [empresas, patrões, estado] pedem, as mulheres fazem, vamos encarar isso. Se nós temos filhos, mesmo se o homem ajudar, não há dúvidas - particularmente quando a criança é pequena - que é uma quantidade tremenda de trabalho e que este trabalho ainda é realizado por mulheres. É um trabalho que é feito pelas mulheres e ainda assim, temos todo um governo, todo um sistema social que de forma alguma dá algum tipo de assistência. De forma alguma. Esse sistema explora as mulheres, tira proveito do trabalho das mulheres, mas não dá o sistema de suporte que é necessitado. Para que, apenas um exemplo, seja possível viver a maternidade de uma forma que não arruíne as nossas vidas. Penso que o movimento feminista não se dirigiu a essa questão. O movimento se dirige a questão do aborto, demanda o direito ao aborto — o que é muito importante, sim; mas não olhou para o outro lado do problema, que é o direito de ser capaz de ser mãe, o direito de reproduzir nossas famílias, de uma forma que isso não destrua nossas vidas.

*É um trabalho que é feito pelas mulheres e ainda assim, temos todo um governo, todo um sistema social que de forma alguma dá algum tipo de assistência.*

**Em sua palestra no Memorial da América Latina no mês passado, em São Paulo, você afirmou que é preciso fazer do trabalho doméstico uma revolução. Esta seria a saída?**

Este tipo de revolução, em várias formas, já está acontecendo. Eu vejo isso em muitos lugares. Mulheres já estão começando, por exemplo, a organizar suas vidas em uma maneira que não as isola na performance de tarefas domésticas. Por exemplo, cozinhando juntas. Não significa que deve haver apenas mulheres cozinhando juntas. Mas a ideia de que a reprodução não é uma atividade que deve acontecer de uma maneira separada, como uma

atividade individual - que é a forma pela qual é organizada. E este como [o trabalho reprodutivo se organiza] é a causa de muito sofrimento, pois essa isolamento, quando você realiza um trabalho diariamente, sozinha e sem recursos, ou com recursos escassos, é isso que torna o trabalho reprodutivo tão difícil. E assim, para muitas mulheres, é por isso que tal trabalho é rejeitado; muitas mulheres não querem ter nada a ver com a reprodução.

*Penso que muitas mulheres chegaram a conclusão de que trabalhar e fazer muitas das atividades necessárias juntas pode transformar a relação com o trabalho, transforma as relações.*

Mas eu vejo que já há uma confiança para estabelecer formas mais cooperativas de reprodução. Os “comedores populares” [restaurantes populares no Peru], os “merendeiros” - todos exemplos particulares da América Latina. Penso que muitas mulheres chegaram a conclusão de que trabalhar e fazer muitas das atividades necessárias juntas pode transformar a relação com o trabalho, transforma e politiza as relações. Porque você passa a tomar decisões coletivas. Você pode discutir com outras mulheres como fazer as coisas. Isso te dá mais poder em termos de relação com o Estado, com os homens.

Então essa transformação já está acontecendo. Insisto que essa transformação deve ser acompanhada de um interesse cristalino de reivindicar as riquezas. Quando digo reivindicar as riquezas, é importante pontuar que isso varia de acordo com o contexto: podem ser terras, acesso à água, pode ser [a presença nos] parlamentos, acesso a outros espaços, serviços... Um movimento de massa que tenha este programa. Recuperar recursos para que eles se coloquem à disposição de nossa reprodução.

*A questão da reprodução, de uma forma ou de outra, irá influenciar a vida de uma mulher por muito tempo.*

O que nós queremos? Esta é a discussão que deve existir nos espaços de mulheres. Como queremos nos reproduzir? Como nós vemos - qual é a ideia da maneira pela qual podemos organizar nossa reprodução? A ideia é todas sozinhas, em nossas casas, cada uma com sua criança, com seus problemas,

etc. - se não assim, então como? Creio que um movimento de massa, creio que essa nova geração de mulheres jovens deve colocar esse assunto na mesa.

Pois o ódio à reprodução segue presente, e quando você é jovem você acha que encontrará um jeito - você não encontrará. Eu te garanto. Eu não me casei, eu não vivi com meu companheiro pela maior parte de nosso relacionamento e decidi não ter filhos. Ainda assim, fiz muito trabalho doméstico. A questão da reprodução, de uma forma ou de outra, irá influenciar a vida de uma mulher por muito tempo. A menos que você seja uma mulher capitalista, uma mulher burguesa, e então você pode contratar outra mulher para fazer este trabalho. Mas, evidentemente, esta não é a solução. Não é a solução.

*Por Andréa Martinelli*

---

## **Raquel Dodge pede ao STF para derrubar decretos de Bolsonaro que facilitaram acesso a armas**

*Governo editou decretos para alterar regras sobre posse e porte de armas. No último dia à frente da PGR, Dodge disse que medidas estão em 'descompasso' com Estatuto do Desarmamento.*

**[\(G1, 17/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A procuradora-geral da República, [Raquel Dodge](#), pediu nesta terça-feira (17) ao Supremo Tribunal Federal ([STF](#)) para derrubar todos os [decretos](#) do presidente [Jair Bolsonaro](#) que tornaram mais flexíveis as exigências para a posse e o porte de armas.

O direito ao **porte** é a autorização para transportar a arma fora de casa. É diferente da **posse**, que só permite manter a arma dentro de casa.

No [último dia à frente da PGR](#), Raquel Dodge se manifestou a favor de ações apresentadas ao STF pelos partidos Rede Sustentabilidade e PSOL que visam barrar os decretos. A relatora das ações é a ministra [Rosa Weber](#) e não há data prevista para o julgamento do caso.

Ao todo, neste ano, Bolsonaro editou sete decretos para facilitar o acesso a armas. Segundo Raquel Dodge, três ainda estão em vigor.

*“Os três decretos atualmente vigentes mantiveram, em grande parte, as inconstitucionalidades apontadas [...]. Em outras palavras, os novos decretos extrapolaram a função regulamentadora e invadiram campo reservado à lei”, disse Dodge.*

## **Estatuto do Desarmamento**

Na manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal, a procuradora-geral da República argumentou que os decretos de Bolsonaro estão em “descompasso” com o [Estatuto do Desarmamento](#).

O estatuto é uma política de controle de armas e está em vigor desde 22 de dezembro de 2003. O texto foi sancionado com o objetivo de reduzir a circulação de armas e estabelecer penas rigorosas para crimes como o porte ilegal e o contrabando. A regulamentação do estatuto ocorreu em 2004.

“Não há dúvida de que as normas impugnadas, em diversos dispositivos, flexibilizaram as disposições do estatuto, ao abrandar o rigor estabelecido na lei para a concessão de posse e de porte de arma de fogo e aumentar o número de armas disponibilizadas a atiradores, colecionadores e caçadores, em total descompasso com os propósitos legais de fomentar o desarmamento, recrudescer a disciplina sobre tráfico de armas e controlar as armas de fogo em território nacional”, argumentou Raquel Dodge.

# Novas denúncias no caso Marielle Franco

Em seu último dia como procuradora-geral da República, Dodge também anunciou que apresentou uma [denúncia ao STJ contra cinco pessoas](#) por interferência nas investigações dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista dela Anderson Gomes.

Dodge também pediu ao tribunal a abertura de um novo inquérito para apurar os mandantes do crime e ainda um pedido para que toda a investigação do caso vá para o âmbito federal. Caberá ao STJ decidir se acolhe a denúncia e o destino das investigações.

## Escola Sem partido

Ao se despedir do cargo, Raquel Dodge também pediu ao Supremo que derrube “qualquer ato” do poder público que configure censura ou vigilância ao trabalho de professores. Na prática, o pedido é contra projetos como o Escola Sem Partido.

Ela pediu, ainda, ao STF para conceder uma decisão liminar (provisória) para barrar ações cujo objetivo seja impor limitações ao trabalho dos professores com base em “vedações genéricas”.

*Por Mariana Oliveira*

---

## Marielle Franco vira símbolo

# mundial de resistência na Europa. Por quê?, por Nina Lemos

Andando pelas ruas da Alemanha no mês do orgulho gay (celebrado em julho) é possível dar de cara com vários cartazes com a imagem de Marielle Franco. Seu rosto, com as cores do arco íris, está ao lado de um texto que diz: “marche e proteste com orgulho”. O texto é referência às marchas do orgulho gay que acontecem em todo o mundo.

[\(Universa, 29/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O poster foi feito pela Anistia Internacional Alemã, que decidiu, nesse ano, que Marielle (juntamente com outros três ativistas LGBT) deveria ser uma das homenageadas dentro da campanha “Coragem precisa de proteção.”

Não é só na Alemanha que Marielle é lembrada. A imagem e a história da vereadora, assassinada em 2018, roda o mundo. Em setembro, será inaugurado um parque com seu nome em Paris. Em Portugal, uma rua deve ganhar o nome dela. A decisão foi aprovada por unanimidade por todos os parlamentares da cidade. Ela rompeu a barreira do Brasil. Virou um símbolo internacional para todos que lutam pelos direitos humanos. Por quê?

## **Caso emblemático**

No caso da campanha alemã, Marielle é homenageada junto com outros três ativistas: Zak, ativista LGBT grego que foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas. Alejandra, uma mulher trans de El Salvador que, depois de lutar mais de dez anos pelos direitos LGBTs está presa nos Estados Unidos por mais de 1 ano, e Luna, uma mulher trans da República Dominicana que luta pelos direitos dos trabalhadores sexuais e foi torturada e estuprada pela polícia.

Além dos pôsteres, a Anistia Internacional Alemã tem tirado fotos de participantes de paradas de orgulho LGBT e colocando nelas um adesivo de “justiça para Marielle”. Eles também distribuem cartões com a imagem da

carioca para que pessoas de todo o mundo mandem cartas para o governo brasileiro pressionado por justiça.

“O caso é emblemático para muitos defensores dos direitos humanos em todo o mundo. Ela foi muito corajosa, uma lutadora maravilhosa pelos direitos humanos e pelos direitos dos marginalizados. Ela foi discriminada e vitimada por várias razões, por vir de uma situação econômica pobre, por sua cor, sua identidade sexual e sua orientação sexual.

Quando defendemos seu caso, estamos não apenas tentando criar uma situação melhor para ela e sua família, mas também para tentar esclarecer seu caso”, diz Sarah Fremberg, assessora da Anistia Internacional em Berlim.

Segundo ela, é um exemplo e uma lembrança para que outros casos como o dela não se repitam. “Nós queremos cuidar do seu caso como um exemplo para vários outros defensores dos direitos humanos do mundo, para que aqueles que tentam melhorar a qualidade de vida dos grupos que são discriminados no mundo todo possam ter segurança”, diz Sara.

A Anistia Internacional, além dessa campanha, segundo Sara, trabalha junto com a organização no Brasil para pressionar o governo a esclarecer e fazer justiça ao caso Marielle.

### **Parque Marielle Franco**

Segundo a historiadora francesa Maud Chirio, especialista em Brasil, Marielle representa um ponto de mudança na história do Brasil. “Foi o momento em que ficou realmente claro que o país estava entrando em um momento mais autoritário e reacionário. Algo foi rompido ali, e isso ficou claro em todo o mundo, acendeu um alerta”, diz. “Ela era uma mulher negra, favelada, bissexual e que não temia os poderosos, isso faz dela um símbolo de luta e coragem para o mundo inteiro”, diz. Maud é integrante do RED (Rede Européia pela Democracia no Brasil), um dos grupos responsáveis pela conquista da praça com o nome de Marielle Franco.

“O que achamos mais importante, e celebramos, é o fato dela ganhar um espaço onde sempre será lembrada, onde a placa não será arrancada”, ela diz, se referindo ao fato dos vereadores que quebraram uma placa com seu

nome. “Ela não pode ser esquecida.

Esse é nosso trabalho e é importante deixar claro que muita gente no mundo, além do Brasil, reconhece isso e não deixará sua memória sumir”, diz.

Especialista em história brasileira desde o início dos anos 2000, Maud vê no exemplo dela também a opressão que mulheres enfrentam ao fazerem parte do ambiente político no mundo todo. “Ainda são raras mulheres na política. E elas muitas vezes são vítimas de ódio. No caso de Marielle, é terrível, porque além de ter sido assassinada por saber demais, ser corajosa e significar tantas coisas, ela continua sendo odiada até hoje.

Arrancar uma placa de rua com seu nome, como aconteceu no Brasil, é uma violência muito grande. É querer apagar completamente a pessoa. Ela não pode ser esquecida.”

“A sociedade precisa tomar medidas para proteger com muito cuidado aqueles que lutam contra a discriminação, o racismo e a injustiça. A política não deve dividir os interesses das pessoas. Os políticos deviam se unir para proteger aqueles que estão em uma situação mais vulnerável que eles. Todo mundo pode fazer alguma coisa contra discriminação e injustiça”, diz Sara. Lembrar da vereadora e pedir justiça para elas, segundo Sara, faz parte daquilo que qualquer um pode fazer. E, não, ela não pode ser esquecida.

*Nina Lemos é jornalista e escritora, tem 46 anos e mora em Berlim. É feminista das antigas e uma das criadoras do 02 Neurônio, que lançou cinco livros e teve um site no UOL no começo de 2000. Foi colunista da Folha de S. Paulo, repórter especial da revista Tpm e blogueira do Estadão e do Yahoo. Escreveu também o romance “A Ditadura da Moda”.*